

MOÇÕES APROVADAS NO 7º ENCONTRO NACIONAL

4 DE JUNHO – VIVA A PRAÇA DA PAZ CELESTIAL!

Há um ano, a juventude e o povo trabalhador chinês, rebelados contra a tirania do Partido Comunista Chinês, eram massacrados na Praça da Paz Celestial.

Os oprimidos de todo o mundo acompanharam, solidários, a luta dos ocupantes da praça por liberdade e democracia e viram a resposta sangrenta do governo Deng Xiaoping Li Peng, com milhares de mortos:

O sangue derramado na praça foi o sangue dos oprimidos e explorados do mundo em luta por uma sociedade igualitária e socialista. Essa luta continua hoje através dos exilados políticos, da oposição clandestina e da atividade internacionalista dos verdadeiros democratas e socialistas. Neste 4 de junho de 1990, comemoramos o combate da juventude e do povo chinês e prosseguiremos a luta contra a repressão.

Estaremos no consulado chinês em São Paulo, renovando o pedido de visto de entrada na China à Comissão Internacional de Inquérito – formada por sindicalistas e democratas – encabeçada por Ralph Shoeman (EUA, e, no Brasil, por Hélio Bicudo. Visto que o governo chinês vem negando-o em todos os países onde foi pedido.

- Visto de entrada para a Comissão Internacional de Inquérito!
- Direito de asilo aos refugiados políticos!
- Fim do Estado de Sítio!
- Liberdade para os prisioneiros políticos!

Hélio Bicudo, Florestan Fernandes e outros

NENHUMA REPRESSÃO ÀS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES

É inadmissível que as Administrações do PT – um partido que se construiu na luta – lancem mão de punições contra os trabalhadores e movimentos populares, como assistimos algumas vezes.

Essas medidas enfraquecem a luta de todos os trabalhadores, porque, amanhã, para reprimir e punir lutadores, os patrões podem usar o argumento de que nossas Prefeituras têm feito a mesma coisa! Por isso, repudiamos todo tipo de repressão às greves e mobilizações populares. E exigimos expressamente que os governos do partido não recorram a forças policiais, para que não fique nenhuma dúvida de que lado estão o PT e seus governos.

7º Encontro Estadual de S. Paulo

MANIFESTO AOS TRABALHADORES

O PT veio a público denunciar a natureza antipopular, antinacional e antidemocrática do Plano Collor desde o primeiro momento. Dois meses após a decretação do Plano Collor, a recessão, oficialmente negada, já é um recorde de trabalhadores desempregados, outros tantos estão ameaçados de demissão imediata e pesadas reduções salariais foram impostas pela chantagem patronal.

O governo anuncia que a inflação é zero, mas os preços são descongelados e continuam subindo, arrojando ainda mais os salários.

Os trabalhadores não podem aceitar a continuidade de uma política econômica que representa arrocho salarial e desemprego e, além disso, é incapaz de estabilizar a economia. Não podemos mais assistir ao descalabro econômico e institucional do país. Medidas são anunciadas e canceladas em menos de 48 horas. Portarias substituem leis, a constituição é abertamente desrespeitada, enquanto a grande imprensa se curva vergonhosamente ao governo Collor e a maioria conservadora do Congresso Nacional aprova medidas econômicas e desrespeita os mais elementares compromissos com os interesses populares e democráticos da sociedade brasileira.

O Partido dos Trabalhadores votou contra o Plano Collor e apresentou à sociedade e ao Congresso Nacional alternativas concretas às medidas econômicas, elaboradas pelo Governo Paralelo, conjuntamente com a Bancada Federal. Alternativas para impedir a recessão, o arrocho salarial, a degradação do salário-mínimo, a privatização indiscriminada das estatais, a demissão sem critérios de funcionários públicos, a falta de perspectiva de retomada do crescimento econômico, o pagamento da dívida externa e o imobilismo frente à Reforma Agrária.

É hora de deflagrar um amplo movimento nacional, articulado, duradouro e conseqüente.

A proposta de Greve Geral da CUT, para 12 de junho, que está sendo precedida de um amplo processo de consulta aos sindicatos de base, deve envolver o conjunto das instâncias do PT. O PT convoca seus militantes nos sindicatos, movimentos populares, prefeituras, parlamento, núcleos, diretórios e demais espaços de participação política a discutirem e se empenharem nesse movimento que representa a primeira grande resposta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe.

O PT apóia a iniciativa da CUT rumo à Greve Geral, incluindo as greves de categoria, no dia 6 de junho, e demais mobilizações, e se empenhará em levar adiante as bandeiras definidos pela Executiva Nacional da CUT que unificam os trabalhadores:

1. definição imediata de uma legislação salarial que garanta a reposição plena da inflação mês a mês;
2. recuperação das perdas salariais referentes a março, abril e maio de 1990. Inflação é dívida, se repõe. Aumento real se negocia;
3. fim das demissões e da redução de salários, contra a recessão, pelo desenvolvimento articulado da economia;

4. assinatura presidencial imediata das desapropriações rurais já relacionadas pela União;
5. em defesa do patrimônio público;
6. em defesa da democracia e das instituições democráticas.

O PT se empenhará, em todas as esferas de sua atuação, para criar os espaços de negociação e buscar o apoio e a unidade de ação de todas as forças progressistas e democrática do país.

Não ao Plano Collor.

Todo apoio à Greve Geral do Dia 12 de Junho.

CONTRA A REPRESSÃO AOS TRABALHADORES RURAIS

A luta pela terra e pelos direitos democráticos básicos no Espírito Santo é uma das mais acirradas do país. Apenas nos anos de 1988 e 1989 foram, assassinados 5 companheiros. Diversos outros estão ameaçados de morte.

Recentemente seqüestraram e torturaram Geraldo Sperandio, dirigente sindical e petista da cidade de Colatina. Entre os companheiros que tombaram, está o sindicalista Francisco Domingos Ramos, barbaramente assassinado em 1988, no Município de Pancas (ES), onde presidia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, era vice-presidente da CUT regional e do Diretório Municipal do PT. Na época, foram apontados como mandantes os latifundiários José Milton Breda e Antonio Breda, que foram detidos, mas em seguida libertados e continuam impunes. Um pistoleiro conhecido como “Ferrugem” declarou ter sido contratado (juntamente com o policial conhecido como “Russo”) por José Milton Breda e Antonio Breda para matar Francisco Domingos Ramos.

Diante desse e de muitos outros fatos de violência, arbitrariedade e violação dos direitos humanos, o 7º Encontro Nacional exige que urgentes medidas sejam tomadas para a apuração e punição dos criminosos.

CONDENAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A violência contra as mulheres é expressão brutal do estatuto de inferioridade que a sociedade nos confere. A violência contra as mulheres é respaldada socialmente e se desdobra através de discriminação econômica, política e social.

No Brasil, somos a metade da população e 38,54% da força de trabalho no mercado formal, segundo dados do IBGE, de 1987. A violência contra as mulheres tem assumido uma dimensão social e está presente em todas as classes e setores sociais.

Nosso Partido, de vocação libertária e socialista, que luta contra todas as opressões e que se constrói para representar toda a classe trabalhadora e todos os oprimidos, deve consignar incompatível com nosso projeto político a violência contra as mulheres, incorporando em nossa política, na teoria e na prática, a inaceitabilidade dessa violência. Deve colocar-se ao lado das mulheres contra essa expressão brutal de sua opressão específica.

Por isso propomos:

Que o 7º Encontro Nacional do PT indique a inclusão desse tema ao processo preparatório de nosso 1º Congresso Nacional, contemplando essa discussão do ponto de vista dos princípios de nosso Partido e atuando positivamente pela libertação das mulheres, promovendo a plena integração de sua identidade e de suas lutas em nosso Partido.

APOIO AO POVO DA AZÂNIA

O 7º Encontro Nacional declara todo o apoio à luta do povo da Azânia (África do Sul) em torno da bandeira “um homem, um voto”, luta contra a solução negociada com o regime do “*apartheid*”.

Pela assembléia constituinte livre e democrática.

Pela ruptura de relações do Governo brasileiro com o Estado racista da África do Sul.

POR UM CHILE LIVRE E SOBERANO

O 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores manifesta seu apoio aos que, no Chile, lutam por reivindicações democráticas, pela libertação dos presos políticos ainda nos cárceres, pelo restabelecimento da verdade, da liberdade e da justiça, pela paz e justiça social e por um Chile livre e soberano.

PELA REABILITAÇÃO DE TROTSKY

O 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores manifesta-se pela imediata reabilitação, na União Soviética, de Leon Trotsky, que, junto com Lênin, dirigiu a Revolução de 1917, organizou o Exército Vermelho e, durante toda sua vida, lutou incansavelmente pela mobilização revolucionária dos trabalhadores no mundo todo.

CONTRA A INTERVENÇÃO DOS EUA

O 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores expressa seu repúdio à constante ameaça dos EUA ao povo e aos governos cubanos, particularmente à sua interferência nos meios de comunicação de Cuba, e, ao mesmo tempo, manifesta seu apoio aos processos revolucionários da Nicarágua e de El Salvador.

CONTRA A POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO

O 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores manifesta-se contra a privatização de 57 Escolas Federais, o corte sem critérios de 42.000 funcionários das Universidades Federais, a separação artificial entre ensino e pesquisa e outras medidas anunciadas pelo Ministério da Educação do Governo Collor, e que contrariam os princípios e as posições reiteradamente manifestadas pelos educadores progressistas e democratas do país.

PELO RECONHECIMENTO DO ESTADO DA PALESTINA

O 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores manifesta-se favorável ao reconhecimento dos direitos do povo palestino à autodeterminação, ao estabelecimento do Estado Palestino Independente e ao reconhecimento da OLP como sua única e legítima representante; ao mesmo tempo, apóia a convocação da Conferência para a Paz Internacional no Oriente Médio sob os auspícios da ONU e com a participação de todos os envolvidos no conflito em condições iguais, incluindo a OLP e os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança; protesta contra os atos de repressão à população civil palestina, cometidos pelo Estado de Israel, e exige do governo brasileiro que permita a abertura da Embaixada do Estado da Palestina no Brasil.

São Paulo, 3 de junho de 1990

